

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.484.799 - MG (2019/0114640-1)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
AGRAVANTE : ANTONIO PEDRO DE MAGALHAES
ADVOGADO : NEY MOURA TELES - GO008483
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que não admitiu o recurso especial, interposto com fulcro no art. 105, III, alínea "a", da Constituição Federal – CF, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.

Consta dos autos que o agravante foi pronunciado como incurso no art. 121, § 2º, IV do CP (homicídio qualificado por recurso que dificultou a defesa da vítima) (fls. 424/427).

Interposto recurso em sentido estrito pela defesa, foi desprovido, nos termos do acórdão que recebeu a seguinte ementa (fl. 687):

EMENTA. RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. CRIME DE HOMICÍDIO QUALIFICADO. PRONÚNCIA. PROVAS DA MATERIALIDADE E INDÍCIOS DE AUTORIA SEQUER QUESTIONADOS. NÃO CABIMENTO DO DECOTE DA QUALIFICADORA. SÚMULA 64 DO TJMG. Presentes provas suficientes da materialidade e dos indícios de autoria do crime de homicídio qualificado, a decisão de pronúncia é medida que se impõe, sendo que não se deve decotar qualificadora que encontra suporte probatório nos autos, nos termos da súmula nº 64 do TJMG, cabendo seu exame ao Conselho de Sentença.

Em sede de recurso especial, a defesa alega contrariedade ao art. 413, § 1º, do CPP, pois a qualificadora do art 121, § 2º, IV, do CP teria sido incluída na decisão de pronúncia sem qualquer elemento de prova a embasá-la, invadindo a competência do Conselho de Sentença, "*exarando verdadeiro juízo de mérito, concluindo com inaceitável certeza, que o recorrente ceifou a vida da vítima.*" (fl. 699), e incorrendo em excesso de linguagem, podendo influenciar na decisão dos jurados.

Pugna pelo provimento do apelo nobre para anular o acórdão recorrido para que outro seja proferido com o devido cometimento (fls. 696/709).

Contrarrazões (fls 715/720).

A r. decisão agravada não admitiu o recurso especial pela incidência dos enunciados 282 e 356, ambos da Súmula/STF, pois que o alegado excesso de linguagem não foi objeto de debate na Corte de origem, bem como não foram opostos embargos de declaração (fls. 722/724).

Em agravo em recurso especial, a defesa refutou o fundamento da decisão agravada (fls. 728/741).

Contraminuta às fls. 772/774.

O Ministério Público Federal – MPF opinou pelo desprovimento do recurso especial (fls. 786/789).

É o relatório. Decido.

Atendidos os pressupostos de admissibilidade do agravo, passo ao exame do recurso especial.

O recurso não merece prosperar.

O Tribunal *a quo* assim se manifestou, *verbis* (fls. 688/690):

Narra a denúncia que, em 20 de fevereiro de 1995, por volta de 10h, na Av. Brasília, altura do.n 415, em Formosa/GO, os denunciados Heli J. Caixeta e Geraldo E. de Brito privaram a liberdade da vítima, colocando-a dentro do interior do veículo Voyage, de propriedade do réu Heli.

Posteriormente, os seqüestradores informaram ao recorrente Antônio que já estavam com a vítima, razão pela qual os três denunciados se encontraram na saída da cidade de Formosa/GO, rumo à cidade de Guarapuava/MG.

Na altura do Km 71, os réus foram abordados no Posto da Polícia Rodoviária Federal e, naquele local, os policiais tomaram conhecimento de que a vítima estava no porta-malas do veículo. Contudo, por ser Heli policial civil e ter afirmado estar conduzindo um suspeito até o Estado de Minas Gerais, foram imediatamente liberados.

Já em Guarapuava/MG, mais especificamente, próximo à fazenda Garapa, o recorrente entrou num matagal junto com a vítima, a qual teve suas mãos amarradas com um cadarço e foi alvejada com dois tiros, provocando-lhe a morte.

Apurou-se, ainda, que a vítima, três anos antes dos fatos, teria atentado contra a vida do filho de Antônio P. Magalhães, motivo pelo qual o recorrente, ao chegarem Guarapuava/MG, ceifou sua vida (fl. 2/5).

Como esclarecido na r. decisão de pronúncia e sequer questionado em sede recursal, a materialidade do delito é incontestável, ocorrendo o mesmo em relação aos indícios de autoria.

É importante frisar que, nesta fase processual, é inquestionável a prevalência da aplicação do princípio in dubio pro societate, cabendo mero juízo de prelibação, com submissão da acusação, em sua inteireza, ao Tribunal do Júri, ao qual compete o exame acurado da prova e a caracterização exata do teor da participação dos denunciados, nos termos da legislação. [...]

Entretanto, questiona a defesa o reconhecimento da qualificadora de adoção de recurso que dificultou a defesa da vítima, ao argumento de que esta não foi devidamente comprovada pelo acervo probatório dos autos.

Não obstante as afirmações da defesa, constata-se pelo acervo probatório coligido aos autos que a vítima foi amarrada e colocada no porta-malas do veículo antes de ser executada, o que, indubitavelmente, dificultou sua defesa.

Tal fato foi comprovado pelo exame de corpo de delito (fl. 12), no qual consta que "o corpo apresenta-se com as mãos atadas à frente, com um cadarço, do tipo usado em tênis ou sapato".

A conclusão do aludido laudo é corroborada pelas imagens do corpo acostadas às fl. 46/51.[...].

Com efeito, verifico que o alegado excesso de linguagem não foi objeto de debate no Tribunal a quo, bem como não houve oposição de aclaratórios. Assim, ante a ausência de prequestionamento incide os óbices dos enunciados 282 e 356, ambos da Súmula/STJ.

PENAL E PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO. PLENÁRIO. NULIDADE. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO. PRECEDENTES. VIOLAÇÃO AO ART. 593, §1º, CPP. TESE SUSTENTADA APENAS EM RECURSO ESPECIAL. INOVAÇÃO RECURSAL. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS N. 282 E N. 356 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.

I - Muito embora tenha se insurgido contra o uso de argumento de autoridade na sessão de julgamento, o agravante não demonstrou, de modo claro, o prejuízo sofrido com tal procedimento.

Nos termos da jurisprudência consolidada nesta Corte, a simples leitura da decisão de pronúncia não acarreta, necessariamente, a nulidade do julgamento, devendo o réu demonstrar o prejuízo, o que não ocorreu in casu.

II - Trata-se de inovação recursal o pleito de absolvição pelo crime previsto no art. 35 da Lei nº 11.343/06, pois não fora levado à apreciação da Corte Estadual em apelação. Ademais, a ausência de prequestionamento constitui óbice ao exame da matéria pela Corte Superior, a teor das Súmulas 282 e 356 do Pretório Excelso.

Agravo regimental desprovido (AgRg no REsp 1674212, Rel. Ministro FÉLIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJe 10/08/2018).

PENAL. AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. HOMICÍDIOS QUALIFICADOS. DOSIMETRIA. PENA-BASE ACIMA DO MÍNIMO LEGAL. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282 E 356 DO STF. CONTINUIDADE DELITIVA QUALIFICADA. REQUISITOS OBJETIVO E SUBJETIVO. NÚMERO DE INFRAÇÕES COMETIDAS E CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS DESFAVORÁVEIS. AUMENTO NO TRIPLO. QUANTUM JUSTIFICADO. DECISÃO MANTIDA. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. A decisão agravada deve ser mantida por seus próprios fundamentos, porquanto em sintonia com a jurisprudência pacífica do STJ.

2. Não analisada pelo Tribunal a quo a as circunstâncias judiciais impugnadas no recurso especial carece o recurso, no ponto, do indispensável requisito do prequestionamento. Incidência das Súmulas 282 e 356 do STF. [...]

5. Agravo regimental improvido (AgRg no REsp 1581138, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, DJe 06/11/2017).

Diante do exposto, conheço do agravo em recurso especial e, com fundamento na Súmula 568/STJ, não conheço do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 10 de junho de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator